

■ SANEAMENTO & SAÚDE

BIODIVERSIDADE

Europeus começam a cumprir parte dos acordos da Rio 92

Wilson Nogueira
de Manaus

O Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), financiado pelos governos da Alemanha, Reino Unido e Brasil, selecionou as primeiras comunidades indígenas a receber recursos do programa de valorização cultural, econômica e sustentável da Amazônia Brasileira. O Brasil participa com apenas 20% dos US\$ 16 milhões de investimentos previstos para um período de cinco anos.

Entre as prioridades dos índios está a fiscalização das suas terras, que sofrem pressão permanente de frentes extrativistas. Na reunião da comissão executiva do PDPI, realizada sexta-feira, em Manaus, foram aprovados nove projetos, com financiamento estimado em R\$ 1,5 milhão. "A sustentabilidade do ambiente amazônico depende da melhoria da qualidade de vida das pessoas que o habitam", disse o coordenador do PDPI, Gersen Santos Luciano, da etnia Baniwa.

O financiamento dos dois países europeus é parte do cumprimento do compromisso que assumiram, na ECO-92, para promover a proteção das florestas e seus habitantes. Os nove primeiros projetos vão beneficiar cerca de 45 mil índios. Na Amazônia Brasileira, formada pelos estados do Acre.

Amazonas, Amapá, Pará, Tocantins, Roraima, Rondônia, Maranhão e Mato Grosso, moram cerca de 200 mil índios de 150 etnias.

Índios vão fiscalizar

Os índios associados à União das Nações Indígenas do Acre (UNI-AC) obtiveram financiamento para capacitar suas comunidades à fiscalização de suas terras. "Vamos ensinar aos índios como funciona a legislação brasileira para o meio ambiente. Poucos índios sabem que temos direitos assegurados sobre as nossas terras", afirmou o presidente da UNI-AC, Francisco Bastos.

O líder indígena Piná Também, da etnia Também, disse que os não-índios também serão alvo dos programas voltados para a proteção do meio ambiente. Os Também habitam o alto rio Guamá, no Pará, e têm 60% das suas reservas invadidas. Pina Também acredita que os recursos do PDPI, administrados pelos próprios índios, proporcionarão um salto de qualidade da relação das instituições indígenas com as organizações governamentais e não-governamentais. "Hoje estamos certos de que a demarcação das terras indígenas as protegem das invasões. É necessário que nós mesmos fiscalizemos as nossas reservas", comentou.